

A questão populacional diante de uma geografia do poder

A questão populacional diante de uma geografia do poder

Wendell Teles de lima¹

Sebastião Perez de Souza²

Ana Maria Libório Oliveira³

Ana Maria Oliveira da Silva⁴

Weldson Figueiro Gonçalves Alves⁵

Resumo:

Dentro do período denominado republicano superado a constituição dos anos militares do qual a Amazônia foi envolvida com a ideia centrada da segurança nacional e junto com ela algumas ideias propagadas sob a égide do vazio demográfico que propagou-se e cristalizou-se em torno dessa teoria, aos poucos foi desconstruída em função dos dados, portanto, do incremento populacional que sua população vai ganhando corpo contendo áreas bastante povoadas com abriga a cidade de Manaus é o incremento populacional maior do país acima de 1% estimando pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGS) estimada para o ano de 2019 demonstrando o crescimento das capitais dos Estados do Norte deixando de ser a região menos povoada do país, sendo assim, necessitando repensar a ideia cristalizada da teoria do vazio demográfico no século atual.

Palavras-Chave: População; Teoria; poder.

Resumen:

Dentro del llamado período republicano, la constitución de los años militares durante los cuales el Amazonas estuvo involucrado con la idea centrada de la seguridad nacional y, junto con ella, algunas ideas propagadas bajo los auspicios del vacío demográfico que se extendió y cristalizó alrededor de este período. La teoría se ha deconstruido gradualmente como resultado de los datos, por lo que el aumento de la población que su población está ganando cuerpo que contiene áreas densamente pobladas con casas, la ciudad de Manaus es el mayor aumento de población del país en más del 1% estimado por el Instituto Brasileño de Geografía Estadística. (IBGS) estimado para el año 2019 que demuestra el crecimiento de las capitales de los Estados del Norte que dejan de ser la región menos poblada del país, por lo que es necesario repensar la idea cristalizada de la teoría del vacío demográfico en el siglo actual.

Palabras clave: Población; Teoría; poder.

¹ Doutora em Geografia, Professor do Estado do Amazonas

² Professor da Seduc/AM. Especialista em Libras

³ Doutoranda, Mestre em Amazônia, professora IFB

⁴ Doutoranda, professora da Universidade do Estado Amazonas

⁵ Graduando em geografia

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva a compreensão da população como um recurso de poder constitui das compreensões, fica evidente que um dos elementos utilizados na posse e controle do território é parte integrante da população, neste sentido a partir da população existente como parte de estratégia de recurso da como fonte de poder no território, portanto, compreendemos além de um dado quantitativo na compreensão do território e para entendermos como as relações existentes na Amazônia diante das estratégias visando as tramas de poder tecendo a região.

PENSANDO O QUADRO ATUAL AMAZÔNICO

Tendo como composição: território, população e independência que criam a autonomia de um Estado são elementos fundamentais na construção dos Estados, portanto, elementos basilares na constituição dos territórios que vão a diferencia-los

Ressaltando a importância da população no território dando “substância” a essência ao extrato territorial conforme demonstrado Raffestin (1993, p. 7-8) e formação da constituição do poder e suas relações que podem radiar-se ao longo de sua constituição

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...].

O Estado e outros atores territoriais como já apontado Andrade (1981) são indutores de contingente populacional tendo em vista a execução dos seus interesses, sendo assim, diferentes formas de emissão a essa população serão transmitidas a essas áreas. Temos interesses muitas vezes convergentes como o caso fluxos e estímulos populacionais para áreas função ou

A questão populacional diante de uma geografia do poder

funcionalidade dos territórios tendo em vista os interesses dos atores territoriais,

Compreendendo a constituição dessa tessitura Raffestin a ponta com a ação dessa trama populacional que se espriaiar ao longo do território

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço. Raffestin (1993, p. 143)

Remetendo a “espaços vazios” e grandes extensões territoriais ação da mobilidade de fluxos populacionais ao longo da formação territorial econômica como a Amazônia como desenvolvida ao longo da região as teorias populacionais.



As manchas na figura 01 tendo em vista o adensamento populacional conforme Mattos (2011) a estratégia usada na Amazônia de formar passada objetivando conforme Albuquerque (2013) no sul do país para a consolidação na bacia da prata foi na realidade dada pelo império, sendo que na Amazônia conforme o teórico não logrou em função da própria configuração territorial distinta do sul do país.

A questão populacional diante de uma geografia do poder

Nogueira (2007) destaca que a preocupação com o incremento populacional foi utilizada pela ação dos Estados que percorrerem a Amazônia tendo em vista a presença na região e controle dos territórios para garantir suas posses Lima et al (2017) demonstra que a fronteira peruana ela é móvel em função da mobilidade promovida pelo estado peruano, resultando nos na constituição de uma fronteira fricção em que pressiona o país em direção ao seus vizinhos utilizando como estratégica os fluxos migratórios

Nos Estados Unidos conforme Rabello (2013) observar que essa concepção tendo em vista a incorporação de áreas para a expansão norte americana tendo em vista a porção oeste serviu de inspiração a teoria populacional em nosso país

A tese de Otávio Guilherme Velho (1979) está centrada no processo de ocupação das terras ao longo da rodovia transamazônica, durante o Programa de Integração Nacional. Velho comparou o processo de expansão sobre a fronteira no Brasil e o nos Estados Unidos, dialogando com teóricos que se debruçaram sobre a temática.

O problema, segundo o autor, é que tanto Moore Jr. como Turner tentam relacionar expansão da fronteira e democracia. Ao tratar de forma comparada da expansão da fronteira amazônica, nosso autor se vê num dilema. Como pensá-la, então, inserida em um processo de expansão controlado por um Estado autoritário? Seus resultados implicam contrapor-se às teses de Turner. Ele entendeu a fronteira fechada como mecanismo de controle da classe trabalhadora e construiu uma nova adjetivação para a fronteira amazônica no período: "fronteira aberta, porém controlada". Ele alertou para o fato de que, mesmo numa fronteira controlada, poderia acontecer o enfraquecimento da subordinação do camponês, o que geraria uma proximidade entre esses camponeses e os *farmers* americanos. Ressaltou, porém, que uma simples aproximação ou comparação não bastaria para identificar igualdade. (Rabello, 2013, p, 214,215)

Tendo em vista as ações dos atores territoriais e de seus projetos e ação constiu-se ao longo da produção do território o sistema territorial conforme Raffestin (1993) a complexidade de atores e da própria pretensão através do direcionamento constituem formações territoriais específicas levando em consideração a população existente nos territórios.

Em direção nós e redes organizadas hierarquicamente projeta-se uma coesão territorial tendo em vista uma consolidação territorial, ou seja, concretizada em torno do fins e dados pelos meios na formação das áreas, ou seja, tendo em vista decorre do próprio processo de produção territorial conforme Raffestin (1993) na formação de áreas.

A questão populacional diante de uma geografia do poder

A população ainda continua um elemento central nas políticas territoriais como observado na contagem da população, o incremento ou a perda da população são elementos essenciais que foram ratificados com a população. Como já dito a população passar a ser elemento central na constituição do Estado na região amazônica, apesar da teoria do vazio demográfico a população do Amazonas cresceu 1,6% entre 2018 e 2019, atingindo a marca de 4.144.597 habitantes, segundo estimativas divulgadas nesta quarta-feira (28), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Amazonas é o 13º estado mais populoso do país tendo em vista a 27 unidades da federação e mais o distrito federal, a Região Norte, o Amazonas é o segundo com mais habitantes, perdendo apenas para o Pará com 8.513.497 sendo assim, este estado é o mais populoso. O aumento populacional do Estado do Amazonas ultrapassou em termos populacionais como estados Paraíba 3. 996. 946, Espírito Santo 3.972. 388 e Rio Grande do Norte 3. 479. 010 de acordo com o Instituto de Geografia Estatística (IBGE) conforme estimativa de 2019.

Tendo em vista que o cenário tende a mudar, portanto, a representatividade em torno do número de deputados federais deve ser seguida pelo o aumento e perda populacional na representação do tamanho das bancadas, alegação, de que a subrepresentatividade tendo a modificar com a dinâmica demográfica, ou seja, uma nova conjuntura de poder. Como é analisado abaixo

Uma das principais patologias dos sistemas representativos das democracias contemporâneas é a não-proporcionalidade entre a população (ou eleitorado) de uma determinada circunscrição eleitoral e seu número de representantes na Câmara dos Deputados. O principal efeito dessa não-proporcionalidade é dar pesos distintos aos votos dos eleitores de diferentes circunscrições eleitorais, o que viola o princípio democrático de que todos os cidadãos tenham votos com valores iguais, evidenciado na máxima "um homem, um voto".

Existem duas formas mais comuns de violação da proporcionalidade entre população e representantes. A primeira delas é fruto da não revisão periódica do número de representantes de cada circunscrição eleitoral na Câmara dos Deputados. Nos casos em que há mudanças decorrentes do deslocamento da população no interior de um país, ou derivadas de diferentes padrões regionais de crescimento populacional, algumas unidades territoriais ficam sobre-representadas em prejuízo de outras. No Reino Unido, no século XIX, por exemplo, a intensa migração do campo para a cidade produziu os famosos "distritos podres" nas áreas rurais. A não revisão do número de eleitores fazia com que os superpopulosos distritos urbanos tivessem o mesmo número de representantes das rarefeitas áreas rurais (Nicolau 1997, p.2)

A questão populacional diante de uma geografia do poder

Castro (2005) por exemplo em sua análise coloca que o Centro-Sul ser uma sub-região mais importante economicamente e populacionalmente ainda dominante para a geógrafa subrepresentada comparada aos Estados do Norte que atinge diretamente em sua concepção um desequilíbrio de poder, criando um desequilíbrio de poder no país.

Estados já reivindicam em função do tamanho de sua população como o Estado do Amazonas conforme abaixo

Deputados do Amazonas tentam aumentar a bancada do Estado no Congresso, em Brasília. Na próxima quinta-feira (21), uma comitiva de parlamentares vai se reunir com a ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Nancy Andrighi, que é relatora do processo sobre a redefinição das cadeiras ocupadas pelo Amazonas na Câmara Federal.

Em 2011, a Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) reivindicou, por meio de uma petição (nº 95.457), o aumento da bancada federal amazonense de oito para dez membros, o que aumentaria de 24 para 30 o número de deputados estaduais. O pleito foi tema de uma audiência pública no TSE, em maio do ano passado integram a comitiva os deputados Josué Neto (PSD), presidente da Aleam, Belarmino Lins (PMDB), Átila Lins (PSD/AM), Ricardo Nicolau (PSD) e o procurador-geral da Aleam, Vander Goes. O deputado Ricardo Nicolau defende a ideia de que o aumento da bancada amazonense em Brasília é um direito do Estado. "Ter uma maior representação política é um direito legítimo e constitucional do povo do Amazonas", disse.

De acordo com o artigo 45 da Constituição Federal, o número de parlamentares deve ser proporcional às populações dos estados. Atualmente, o Amazonas tem oito deputados federais e 24 estaduais e 3,4 milhões de habitantes, segundo o Censo de 2010, tendo uma representação menor que o Piauí, com 3,1 milhões de pessoas e dez cadeiras em Brasília.

Para Ricardo Nicolau, a redistribuição de vagas pode fortalecer o Amazonas na luta contra a desigualdade nos repasses federais em relação ao restante do País. "Somos o único Estado que arrecada mais do que recebe da União. Com uma representação maior, teremos mais forças para inverter esse tratamento", alega.

G1 AMAZONAS, 2013)

Estados como Piauí e Pernambuco poderiam dentro da regra da proporção de número de representantes em função das perdas da população no caso do primeiro e no caso do Piauí como o Amazonas ter ultrapassado o tamanho de sua população deveria ter aumentada constituiria um novo de sistemas de forças.

A questão populacional diante de uma geografia do poder

Tendo em vista a figura abaixo de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral a formação da representação eleitoral em função do tamanho da população teria o seguinte formato

Estado	Atual	Elei 2012	Diferença
AC	0	0	0
AL	0	0	0
AM	0	0	0
AP	0	0	0
BA	00	00	0
CE	00	00	0
DF	0	0	0
ES	00	00	0
GO	00	00	0
MA	00	00	0
MG	00	00	0
MS	0	0	0
MT	0	0	0
PA	00	00	0
PB	00	00	0
PE	00	00	0
PI	00	00	0
PR	00	00	0
RJ	00	00	0
RN	00	00	0
RO	0	0	0
RR	0	0	0
RS	00	00	0
SC	00	00	0
SE	00	00	0
SP	00	00	0
TO	0	0	0
Total	512	512	0

Para Lima et all (2014, p. 135)

Pode-se então, definir que as relações inter-regionais ocorrem em função das forças políticas que constituem o pacto federativo, através de sua representatividade e jogo de interesses. Parece ser uma análise muito simplista dizer que os Estados do Norte e Nordeste são super-representados e os dos Sul e Sudeste tem uma baixa representatividade, pois não é o que diz os investimentos econômicos e o poder de mando do território. As relações de poder, portanto, são estabelecidas dentro da constituição da representatividade parlamentar dos Estados, que vão além da simples relação da representatividade demográfica e, que estabelecem uma forma de organização espacial de acordo com os interesses regionais que permeiam o jogo político. Na constituição dos interesses regionais, o que muitas análises se debruçam e que as Regiões Nordeste e Norte são constituídas pela política do oportunismo político, ou seja, pela continuidade dos grupos oligárquicos que representam o ranço na vida política nacional, entretanto, é esquecido que o quadro da representatividade parlamentar atual é fruto desse desenvolvimento regional. A constituição de forças estabelecida no país através do pacto oligárquico foi “modificada” com a decadência ou derrocada das elites agrárias de Minas Gerais e São Paulo, e que a modernização conservadora significou que as elites periféricas passaram a ter novos ramos de atividades econômicas, assim exercem um poder de barganha maior no Brasil, onde representam a elite industrial.

A questão populacional diante de uma geografia do poder

A problemática em torno da Amazônia ela não pode ser entendida apenas sobre um prisma, as ideias cristalizadas sobre as concepções em torno da Amazônia devem ser superadas em função de sua cristalização induzindo a nós sobre remotas concepção sobre a região e dando uma falsa concepção a respeito da região.

CONCLUSÃO

A teoria do Vazio demográfico é uma antiga concepção criada em pleno governo militar desenvolvimentista que perdurou na Amazônia, a estimativa projetada pelo IBGE 2019 demonstra em linhas gerais um grande crescimento das capitais dos Estados da Região.

Os maiores contingentes populacionais acima de 1% acima do país estão na Amazônia uma das maiores concentrações populacionais do país estão no médio Amazonas onde abriga por exemplo a cidade de Manaus constituindo a 7ª cidade mais populosa do país, ficar rementindo-se a Amazônia é uma forma de fazer uma leitura errada da região.

Dentro de uma concepção da escala estadual observamos um incremento estimado de todo o Estado do Amazonas em termos de população absoluta, entretanto, como padrão territorial essa população é distribuída de forma desigual, no Amazonas podemos notar algumas cidades que perderam sua população como cidades de Ipixuna na região do Purus uma área tradicional e remota distante da capita Manaus, no entanto, outras mesmo em função da proximidade da metrópole como Presidente Figueiredo (região metropolitana de Manaus) perde população.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. A GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI. **REVISTA GEONORTE**, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.933-952, 2013.

A questão populacional diante de uma geografia do poder

ANDRADE, Manuel Correia de. **Estado, capital e industrialização no Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: Territórios, escalas de ação e instituições. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2005.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e modernidade**: geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

LIMA, Wendell Teles de; OLIVEIRA, Ana Maria Libório de; Souza; Sebastião Perez de; RIBEIRO; Hélio Costa; SILVA; Iatiçara Oliveira da; LACORTT; Marcelo. A Ação do Estado peruano na Formação da Fronteira de Fricção na Amazônia Ocidental . **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 1, nº 2, 2017, pp. 1-1

Lima Wendell Teles; FRAGA, Nilson Cesar; SILVA, Iatiçara Oliveira. A Geografia Eleitoral da Representatividade Parlamentar no Brasil Atual. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 5, nº 1, p. 130 - 139, jan./jun. 2014.

NICOLAU, Jairo Marcon. As Distorções na Representação . dos Estados na Câmara dos Deputados Brasileira, **Dados** vol. 40 no. 3 Rio de Janeiro 1997.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazônia Continental: Geopolítica e Formação das Fronteiras**. Manaus: Edições do Governo do Estado, 2007

RABELLO, Antônio Cláudio. Amazônia: uma fronteira volátil, **estudos avançados** 27 (78),2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. SP: Ática, 1993.

